

Brasília, DF, sexta-feira, 21 de agosto de 2009.

À Sua Senhoria o Senhor

Cristiano Egnaldo Zinato

Presidente da Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP do

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Nesta

Senhor Presidente,

Em aditamento às ponderações que lhe apresentei por intermédio do Ofício n.º 87 – DEFIT/SFAT/SE/MT, de 13 de julho de 2009, e que se reportam à 67ª reunião da CTAP, realizada em Itajaí, SC, nos dias 22 e 23 de junho de 2009, aduzo que elas podem ser assim agrupadas:

1. Reconhecimento de que são federais, os trechos de rios estaduais onde haja variação de maré em amplitude anual superior a 5 cm, ou seja, onde as margens se constituam em terrenos de marinha.

Esse reconhecimento teria as seguintes consequências:

- 1.1. a necessidade de se ter um comitê federal para a parte baixa da bacia hidrográfica e outro, estadual, para o restante;
- 1.2. as outorgas de direito de uso de recurso hídrico seriam feitas pela Agência Nacional de Águas – ANA ou por delegado seu;
- 1.3. os projetos de aproveitamento de recursos hídricos da parte estadual da bacia hidrográfica, por sua repercussão fora do âmbito do respectivo estado, seriam objeto de deliberação do CNRH (Lei n.º 9.433/1997, art. 35, inciso III).

2. Necessidade de as outorgas de reserva de disponibilidade hídrica para empreendimento hidroenergético na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí serem previamente apreciadas pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, em face do disposto no artigo 143 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934) e na Lei do Estado de Santa Catarina n.º 9.748, de 30 de novembro de 1994, notadamente no seu artigo 12, inciso I.

2.1. Diz, o artigo 143 do Código de Águas:

*“Art. 143. Em todos os aproveitamentos de energia hidráulica **serão satisfeita exigências acauteladoras dos interesses gerais:***

- a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas;*
- b) da salubridade pública;*
- c) da navegação;*
- d) da irrigação;*
- e) da proteção contra as inundações;***
- f) da conservação e livre circulação do peixe;*
- g) do escoamento e rejeição das águas.”*

(a iluminação e os grifos são meus)

2.2. Diz o artigo 12 da Lei do Estado de Santa Catarina n.º 9.748, de 30 de novembro de 1994, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos:

*“Art. 12. As obras de uso múltiplo, **ou de interesse comum ou coletivo**, terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos pelo regulamento desta Lei, atendidos os seguintes procedimentos:*

*I - **prévia negociação, realizada no âmbito do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica pertinente, para fins de avaliação do seu potencial de aproveitamento múltiplo e conseqüente rateio de custo entre os possíveis beneficiários;***

”

(a iluminação e os grifos são meus)

3. O fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica; e

4. A generalização das conclusões do presente estudo de caso para todo o território nacional.

Quanto ao item 2 (dois) acima, acrescento que se os aproveitamentos hidroenergéticos têm que se sujeitar ao interesse geral, eles são obras de interesse comum ou coletivo, de sorte que, aplicando-se a lei estadual anteriormente mencionada, **não há como o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí não apreciar os pedidos de reserva de disponibilidade hídrica, principalmente quando tal bacia hidrográfica é sujeita a inundações.**

Por derradeiro, senhor presidente, julgo por bem frisar que:

- ◆ sou brasileiro nato, mas não sou catarinense;
- ◆ minhas ponderações se deram por interesse público e dever de ofício;
- ◆ de todos os usos da água, o uso que abomino é o efetuado por **Pôncio Pilatos** no julgamento de Jesus de Nazaré.

Atenciosamente,

Fred Crawford Prado

Especialista em Infraestrutura Sênior

Representante do Ministério dos Transportes na CTAP